

Quercus alerta para “expansão descontrolada” de eucaliptos no país

Floresta
Carlos Dias

No Fundão, a água escasseia mas está a ser utilizada para irrigar uma área de ensaio com eucaliptal. A população protestou

A organização ambientalista Quercus diz estar preocupada com a “expansão descontrolada” de novas plantações de eucaliptos que aproveitam a conversão de áreas de pinhal dizimadas pelos incêndios, estando já a ocupar terrenos agrícolas, áreas sensíveis e zonas de regadio.

De entre os casos relatados pela Quercus destaca-se o que ocorreu recentemente no Perímetro Florestal do Castro, em Ferreira do Zêzere, uma área que integra a Reserva Ecológica Nacional e cuja gestão foi transferida para o município de Ferreira do Zêzere em Julho de 2009.

Uma parcela deste perímetro foi arrendada à Portucel Soporcel Florestal, tendo sido autorizada, numa área com cerca de 44 hectares, “a conversão do pinhal existente num novo eucaliptal” pela Autoridade Florestal Nacional em Fevereiro de 2011. Esta situação, prossegue a Quercus, conduziu “à destruição da regeneração natural de pinheiro-bravo existente”.

“A câmara de Ferreira do Zêzere é acusada pela organização ambientalista de ter “alienado parte do património público em favorecimento de uma indústria”, num concelho em que a expansão da monocultura de eucalipto “é dominante”.

O presidente da autarquia, Jacinto Cristas Flores, confrontado com a denúncia da Quercus recusou-se a falar “sobre o que não conhece”.

Sem licença

A Quercus faz ainda referência a projectos de rearboreção em propriedades da Portucel Soporcel Florestal junto à albufeira do Castelo do Bode, no lugar de Casal da Luísa, onde o terreno foi recentemente mobilizado para “converter uma área de floresta natural de protecção em eucaliptal. O local integra a “área condicionada pelo Plano de Ordenamento da Albufeira do Castelo do Bode”.

A Portucel “intervencionou linhas de água sem licença”, o que originou a elaboração de um auto



DANIEL ROCHA

As empresas de celulose têm-se queixado de falta de matéria-prima

de notícia e uma contra-ordenação por parte do Serviço de Protecção da Natureza e Ambiente da GNR. “A empresa “prevaricadora nunca foi notificada” pela Administração da Região Hidrográfica do Tejo, entidade instrutora do processo, observa a Quercus.

Alfredo Campos, dirigente da Confederação Nacional de Agricultura (CNA), confirma que, nas regiões Centro e Norte do país, a plantação de eucaliptos está a ocupar terrenos “com muito boa aptidão agrícola” e refere que as empresas de celulose têm argumentado que “têm dinheiro para investir mas que lhes falta matéria-prima”.

O dirigente da CNA acentua que os portugueses “não são coais”: O que precisam “é de produzir alimentos para reduzir a dependência” em relação ao exterior.

Mais a sul, no litoral alentejano, a expansão dos eucaliptais estende-se progressivamente por terrenos de produção agrícola, facto que “está a gerar alguma controvérsia” junto das populações vizinhas na freguesia do Cercal do Alentejo, concelho de Santiago do Cacém, e na freguesia de S. Luís, concelho de Odemira, salienta a associação ambientalista.

O presidente da Junta de Freguesia de S. Luís, António Ventura, disse ao PÚBLICO ter conhecimento “informal” da plantação de eucaliptos nas proximidades dos aglomerados urbanos, mas garante que as pessoas “não estão” contra a instalação deste espécie.

Acrescentando “mais meia centena de hectares, às muitas centenas que já existem, não faz qualquer diferença”, realça o autarca, acrescentando

que a proliferação de eucaliptos “é uma realidade a que temos de nos habituar”.

Eucaliptos no regadio

O regadio de eucaliptal já é uma realidade na Beira Interior, mais concretamente no lugar de Quinta da Caneca, concelho do Fundão, onde está instalada uma área de ensaio superior a 50 hectares, adiantou ao PÚBLICO o vice-presidente da autarquia, Miguel Gavinhos. Esta plantação foi autorizada pela Autoridade Florestal Nacional.

A Quercus, baseando-se em informação que recolheu junto da Portucel, acrescenta que “a água usada é proveniente do circuito hidráulico do Sabugal-Meimoa” e está a ser disponibilizada pela respectiva associação de regantes.

Mas esta solução “tem gerado contestação social” devido à escassez de água disponível na região, explica a organização ambientalista. A Quercus salienta ainda que a expansão do eucaliptal de regadio, pelo seu “elevado consumo de água, é algo que gera preocupação”, advertindo para o risco que corre o desenvolvimento sustentável da agricultura para abastecimento alimentar às populações face a estas opções.

Miguel Gavinhos assume que a posição do município do Fundão é de reserva em relação ao eucalipto, lembrando que lançou uma taxa de 918 euros por cada hectare plantado para “desincentivar a plantação do eucalipto no concelho”.

Questionada a empresa Portucel/Soporcel Florestal sobre o teor das denúncias feitas pela Quercus, não foi possível obter qualquer resposta até ao fecho desta edição.



Breves

Património

Lisboa ganha dois novos monumentos na zona oriental

O Palácio da Mitra, em Marvila, e o Palácio do Grilo, no Beato, são os mais recentes monumentos de interesse público de Lisboa. A sua classificação foi ontem publicada em *Diário da República*, juntamente com a da Casa Verdades Faria, no Estoril, os vestígios da judiaria do Porto e o Convento de S. Francisco, em Alcácer. Da lista fazem ainda parte a Igreja de S. Silvestre de Unhos (Loures) e a Igreja Matriz de Almodôvar.

Socorro

Barco-ambulância para a Ria Formosa parado há dois anos

O presidente da Câmara de Faro, Macário Correia, lamentou ontem que o barco-ambulância para as ilhas barreiras da Ria Formosa esteja em terra há quase dois anos. A embarcação *Ria Solidária* custou 120 mil euros e pode ser usada no combate a incêndios, mas a Autoridade Nacional de Protecção Civil justifica que o seu funcionamento depende do envolvimento da autoridade marítima, INEM e autarquias.

Energia solar

Lisboetas já podem saber potencial energético das casas

A agência municipal de energia Lisboa E-Nova lançou ontem a carta potencial solar da capital. Segundo fonte municipal, a ferramenta online, disponível em www.lisboaenova.org, apresenta o “potencial de instalação de sistemas solares” nas residências lisboetas, de acordo com “a orientação e inclinação das coberturas, obstáculos e sombreamentos na envolvente”.

Câmara abre inquérito por causa de subsídio

Cascais

José António Cerejo

Presidente da autarquia suspendeu relações com uma associação de colecionadores de armas dirigida por um juiz

O presidente da Câmara de Cascais, Carlos Carreiras, decidiu suspender “todo o relacionamento institucional” entre a autarquia e a Associação Portuguesa de Colecionadores de Armas e determinou a abertura de um inquérito aos factos noticiados pelo PÚBLICO no domingo. Esta associação, à qual a câmara decidiu na semana passada entregar parte do Forte dos Oitavos para aí instalar a sede e o seu museu de armas, apresentou ao município, em 2009 e 2010, facturas falsas com o objectivo de receber um subsídio de 145 mil euros, em vez dos 115.000 devidos.

O subsídio em causa, a pagar mediante comprovativos de despesa, destinava-se a adquirir e a montar os equipamentos necessários à instalação do núcleo museológico da associação, que abriu em 2009 no centro da vila e fechou em Junho deste ano. Desde então, o material encontra-se num armazém camarário para ser remontado no Forte dos Oitavos. A apresentação de facturas inflacionadas por forma a receber mais 30.000 euros do que aquilo que gastou foi confirmada ao PÚBLICO pelo presidente da associação, o juiz Raul Esteves, que garantiu ter o município dado o seu acordo.

O PÚBLICO transmitiu esta acusação de connivência a Carlos Carreiras na sexta-feira passada, mas o autarca não fez qualquer comentário. Em resposta a novo pedido de esclarecimento sobre o caso, Carlos Carreiras limitou-se a enviar um despacho com data de domingo em que determina a realização de um inquérito para apuramento de “eventuais responsabilidades financeiras e/ou outras desde 2005, ano em que se iniciou o relacionamento com aquela associação”. Os resultados do inquérito terão de lhe ser apresentados até dia 30.

Paralelamente, e enquanto esses resultados não forem conhecidos, o autarca decidiu suspender a deliberação camarária que autorizou a instalação da associação e do seu museu no Forte dos Oitavos.